

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM
1875



JULIO MESQUITA
(1862 - 1927)

Terça-feira 16 DE MARÇO DE 2021 R\$ 5,00 ANO 142 Nº 46536

estadao.com.br

NA QUARENTENA OSCAR DA DIVERSIDADE

Sete filmes reúnem mais indicações. Duas mulheres disputam melhor direção. PÁG. H1

- Mank**, com o ator Gary Oldman
10 indicações
Onde assistir: Netflix
- Nomadland**, da diretora Chloé Zhao
6 indicações
Onde assistir: 15/4 nos cinemas
- Os 7 de Chicago**, com Sacha Baron Cohen
6 indicações
Onde assistir: Netflix
- Meu Pai**, com Olivia Colman
6 indicações
Onde assistir: 8/4 nos cinemas
- Judas e o Messias Negro**, com Daniel Kaluuya
6 indicações
Onde assistir: estreou em 25/2
- O Som do Silêncio**, com Riz Ahmed
6 indicações
Onde assistir: Amazon Prime Video
- Minari**, com Yeri Han e Steven Yeun
6 indicações
Onde assistir: sem previsão de estreia

Médico pró-isolamento social será 4º ministro da Saúde de Bolsonaro

Marcelo Queiroga até agora também foi contra tratamento precoce com cloroquina

Pressionado a conter o avanço da covid-19, Jair Bolsonaro decidiu ontem nomear o médico Marcelo Queiroga para o Ministério da Saúde. O presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) substituirá o general Eduardo Pazuello, demitido após desgaste na condução da crise sanitária. O médico defende o isolamento social como forma de combate à pandemia e já se posicionou contrário ao “tratamento

Eliane Cantanhêde
Muda? Muda o quê?
Médico sério defende o que Bolsonaro condena e condena o que ele defende. E Queiroga? **POLÍTICA / PÁG. A5**

precoce” da doença à base de cloroquina, defendido por Bolsonaro. Ele foi indicado pelo filho mais velho do presidente, senador Flávio Bolsonaro, após

a médica Ludhmila Hajjar, nome preferido do Centrão, rejeitar o cargo. Ela afirmou que apoiadores de Bolsonaro a ameaçaram e tentaram invadir ontem o hotel em que estava em Brasília. Horas antes de o presidente anunciar a mudança na pasta, Pazuello disse que não pediria para ir embora. Queiroga será o quarto ministro a assumir o comando da Saúde desde o início da pandemia, há um ano. **POLÍTICA / PÁGS. A4 e A5**

Corte de salário e jornada deve atingir desta vez 3 milhões

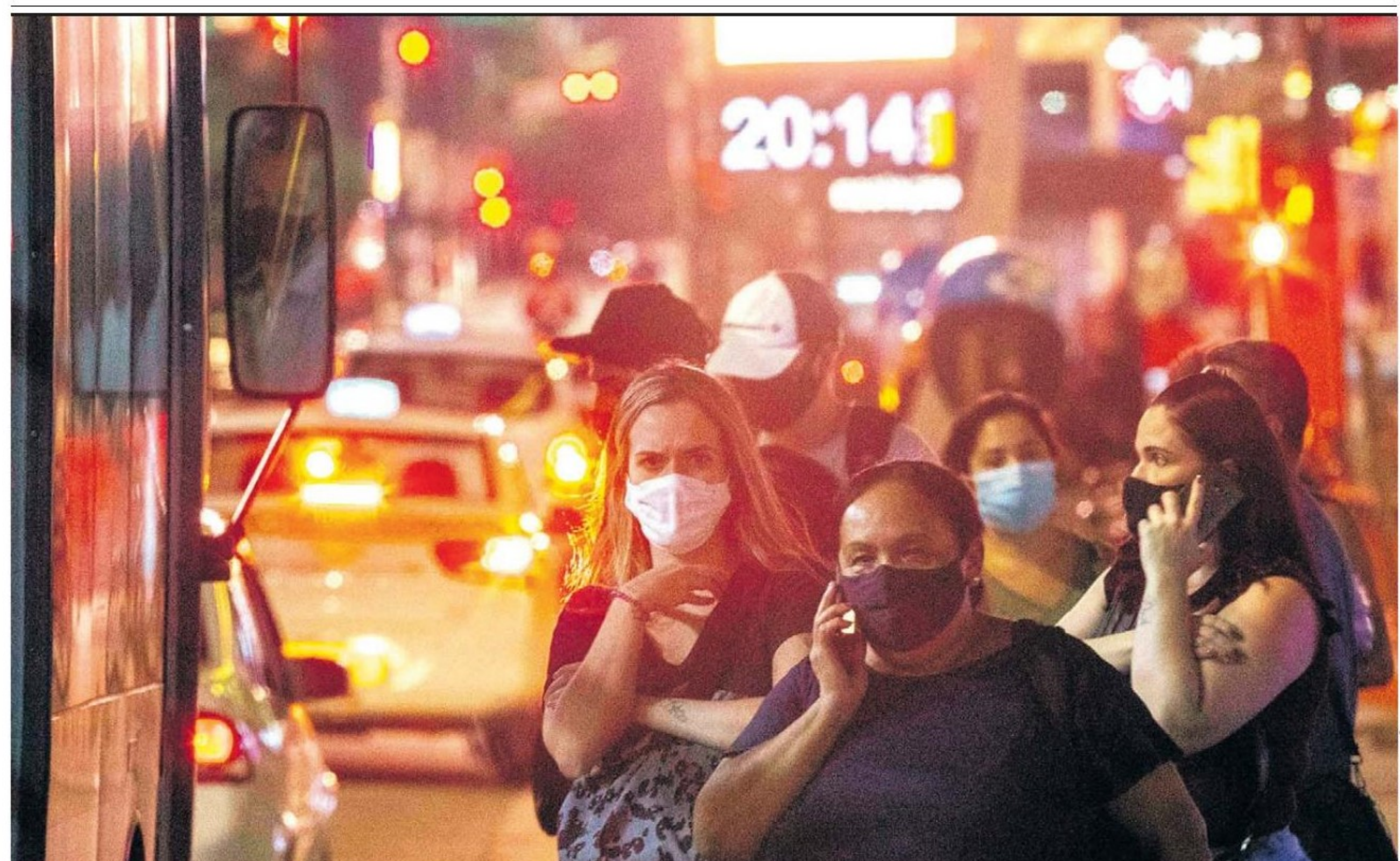
Estimativa do Ministério da Economia aponta que pelo menos 3 milhões de trabalhadores terão redução de salário e jornada por quatro meses. Os cortes poderão ser de 25%, 50% e 70%. A nova rodada do programa para aliviar o caixa das empresas e evitar demissões deve custar ao governo, que pagará parte dos vencimentos dos funcionários, até R\$ 6,5 bilhões. **ECONOMIA / PÁG. B1**

● **Auxílio-doença sem perícia**
Até 31 de dezembro, o INSS poderá conceder benefícios como auxílio-doença só analisando documentos. **PÁG. B1**

Rodada extra do auxílio vai pagar R\$ 150 a maior grupo

A maioria dos atendidos pela nova rodada do auxílio emergencial deve receber a menor cota do benefício, R\$ 150. Serão cerca de 20 milhões de famílias (43%), em que só uma pessoa tem direito. Outros 16,7 milhões, com mais de um integrante contemplado, receberão R\$ 250. A maior cota, de R\$ 375, deve ser paga a 9,3 milhões de mulheres provedoras de famílias. **ECONOMIA / PÁG. B4**

● **Nos EUA, US\$ 140 bi em 10 dias**
Biden planeja mandar 100 milhões de cheques de US\$ 1,4 mil a quem ganha até US\$ 75 mil por ano. **PÁG. B7**



SP tem primeira noite de toque de recolher

Fila em ponto de ônibus na Avenida Paulista. Apesar do apelo do governo do Estado de SP para que quem pudesse ficasse em casa e para os setores da indústria e do comércio escalonarem horários, os metrô e os ônibus continuaram cheios na capital. Foi a primeira noite com toque de recolher entre 20h e 5h. **METRÓPOLE / PÁG. A10**

Países europeus suspendem uso da vacina de Oxford

Alemanha, França, Espanha, Portugal e Itália suspenderam ontem o uso da vacina da Oxford-AstraZeneca por precaução, após casos de trombose. Onze nações haviam feito o mesmo. Brasil já aprovou imunizante, defendido pela OMS. **METRÓPOLE / PÁG. A9**

Uruguai imuniza brasileiros com dupla nacionalidade

O Uruguai começou a vacinar a população entre 50 e 70 anos de cidadãos na fronteira com o Brasil, onde os hospitais estão cheios. Brasileiros com dupla nacionalidade serão imunizados. **INTERNACIONAL / PÁG. A7**

Trump pressionou Brasil contra Sputnik

Relatório do Departamento de Saúde americano afirma que o órgão trabalhou para “dissuadir os países da região de aceitar ajuda” de Cuba, Venezuela e Rússia. **INTERNACIONAL / PÁG. A8**

NOTAS & INFORMAÇÕES

Bolsonaro, ministro da Saúde

Malgrado tenha cometido inúmeros erros, Pazuello foi sabotado por Bolsonaro nas escassas ocasiões em que tentou acertar. **PÁG. A3**

● **A sinuca de bico dos juros**
Inflação forte e economia fraca dificultam decisão do Banco Central. **PÁG. A3**

PGR recorre para validar a quebra de sigilos de Flávio

A Procuradoria-Geral da República pede que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reveja decisão que anulou a quebra dos sigilos fiscal e bancário do senador Flávio Bolsonaro, 94 pessoas e empresas no inquérito das “rachadinhas”. **POLÍTICA / PÁG. A5**

Felipe Neto deve depor por criticar presidente

POLÍTICA / PÁG. A5

ENTREVISTA

Susan Rose-Ackerman, professora emérita da Universidade Yale

‘Lava Jato errou na forma de operar’

Referência mundial em estudos sobre corrupção, especialista disse esperar que os erros cometidos pela força-tarefa não atrapalhem o combate à corrupção no País. **POLÍTICA / PÁG. A6**

Pedro Fernando Nery

Alta do PIB nos próximos meses deve coincidir com desemprego e pobreza recorde. **ECONOMIA / PÁG. B7**

Com 3,7 milhões de kits, Saúde abandona meta para testagem

O governo abandonou metas de testagem da população. A ideia era superar 24 milhões de exames até dezembro de 2020, mas menos de 12 milhões foram feitos. Há 3,7 milhões de kits estocados que venceram até junho. **METRÓPOLE / PÁG. A11**

Bernard Appy

Excesso de regras
Situação fiscal do Brasil é preocupante, mas isso não ocorreu por falta de normas. **ECONOMIA / PÁG. B2**

● A pandemia no Brasil*

TOTAL DE MORTES	279.602
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	1.275
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	1.855
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	11.525.477
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	42.446
TOTAL DE VACINADOS	10.081.771
TOTAL DE RECUPERADOS (†)	10.111.954

*NÚMEROS DO CONSORCIO DE IMPRENSA; (†) FONTE: MIN. DA SAÚDE

coluna do broadcast

● Em carta a funcionários, o novo presidente da XP, Thiago Maffra, projeta ‘maior fintech do mundo’. **PÁG. B2**

Tempo em SP
19º Min. 30º Máx.



ISSN - 1516-293-1
9 771516 293031

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

PRONTA-ENTREGA

ALTO DESEMPENHO NO HOME OFFICE

CADEIRA AERON COMPLETA
Cor grafite e com todos os ajustes
12x R\$ 790,00
GARANTIA | 12 ANOS

HermanMiller

NOVO AMBIENTE

AL. GABRIEL MONTEIRO DA SILVA, 683
TEL.: (+55 11) 3062-3351
SHOWROOM VENDAS: @NOVOAMBIENTE.COM.BR
@NOVOAMBIENTE SP | RJ

Trabalho. Governo prepara uma revisão no programa do seguro-desemprego para tentar obter recursos para o pagamento do agora batizado 'Bolsa Emergencial', que deve ter um custo entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 6,5 bilhões, segundo estima o Ministério da Economia

Corte de salário e jornada e suspensão de contratos deverão atingir 3 milhões

Felipe Frazão
Idiana Tomazelli | BRASÍLIA

A nova rodada do programa que permite às empresas cortarem jornada e salário e suspender contratos de trabalho deve ter custo total entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 6,5 bilhões para o governo, responsável por pagar um benefício emergencial aos trabalhadores. A estimativa considera que 2,7 milhões a 3,0 milhões de acordos serão firmados entre patrões e empregados nas duas modalidades, segundo documento obtido pelo *Estadão/Broadcast*.

Os dados constam em nota técnica produzida pela Subsecretaria de Políticas Públicas de Trabalho do Ministério da Economia em 9 de março de 2021. Os técnicos ainda podem refinar os números, sobretudo se o quadro de agravamento da pandemia de covid-19 indicar maior demanda pelo programa.

Como revelou o *Estadão*, o governo prepara reformulação no seguro-desemprego para poupar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e conseguir direcioná-los ao benefício emergencial (BEM). O programa que permite os acordos para proteger empregos e aliviar o caixa das empresas deve ter duração de quatro meses.

Um desenho inicial do BEM previa que o governo bancaria com recursos públicos os primeiros dois meses de benefício, e os outros dois seriam uma antecipação do seguro-desemprego



Recuo estratégico. No desenho original do novo programa, governo só pagaria as primeiras duas parcelas do benefício

● Custo com a ajuda R\$ 6,5 bi
é até quanto o governo prevê gastar com o pagamento do programa de redução de jornada e salário e suspensão de contratos

go. No entanto, o governo mudou a estratégia e decidiu bancar integralmente os benefícios de quem tiver jornada e salário reduzidos ou contrato suspenso, sem interferir no seguro-desemprego desse trabalhador,

que manterá o direito de forma integral caso seja demitido após o fim do acordo.

O dinheiro do BEM sairá todo do FAT, mas sem necessidade de aportes adicionais pelo Tesouro Nacional. Com o aumento substancial da dívida pública em 2020, a equipe econômica tem buscado soluções para combater a crise da covid-19 que dependam menos de recursos obtidos via emissão de dívida pública. A economia obtida com a reformulação do seguro-desemprego abrirá espaço dentro do fundo para essas despesas.

Cenários. Os técnicos traçaram três cenários para o pagamento do BEM, agora chamado de "Bolsa Emergencial". No cenário-base, que na visão do governo é o que tem mais chances de ocorrer, haveria 1,16 milhão de acordos de suspensão de contrato e 1,69 milhão de acordos de redução de jornada e salário (total de 2,85 milhões). Considerando o gasto médio esperado com cada trabalhador, o custo do programa ficaria em R\$ 6,14 bilhões.

Na redução de jornada e salário, os acordos podem ser firma-

dos com cortes de 25%, 50% ou 70%, nos mesmos moldes da primeira rodada do programa em 2020.

No cenário conservador, menos contratos são alvo de acordo, 1,1 milhão em suspensão e 1,6 milhão em redução de jornada e salário. A despesa ficaria em R\$ 5,82 bilhões. Já no cenário agressivo, haveria 1,2 milhão de suspensões de contrato e 1,8 milhão de acordos de redução de jornada e salário, com custo de R\$ 6,46 bilhões.

As projeções levaram em con-

ta de setembro a dezembro de 2020. Os técnicos usaram esse período, e não o do pico de acordos logo no início do programa, porque consideram que houve uma acomodação no número de empresas que precisam do instrumento para seguir operando sem prejuízos e sem precisar demitir seus funcionários.

No início da pandemia, ainda sem grandes informações sobre o modo de dispersão da doença, muitos Estados decretaram o fechamento geral de atividades, inclusive industriais, o que gerou forte demanda pelos acordos. Hoje, muitos governadores já atuam sob protocolos preestabelecidos, segundo os quais as restrições são mais severas para os setores de comércio e serviços e mais brandas na indústria, onde há mais condições de se manter protocolos de distanciamento.

Por isso, o período de setembro a dezembro de 2020 é considerado uma amostra mais fiel ao que deve suceder agora, em 2021, com o relançamento do programa. O governo tem recebido informações de que o maior demandante do novo BEM será o setor de serviços.

Os cálculos também levaram em conta projeções de qual deve ser a duração dos acordos por faixa de renda. Na nota, essa metodologia é defendida sob o argumento de proporcionar estimativas "mais ajustadas". No ano passado, o governo destinou R\$ 51,55 bilhões ao programa, mas foram utilizados R\$ 33,5 bilhões.

Seguro-desemprego de domésticas deve ser ampliado

BRASÍLIA

Enquanto aperta as regras do seguro-desemprego para os trabalhadores em geral, o governo pretende tornar o acesso ao benefício mais equitativo para grupos que hoje têm direito a uma proteção menor ou sequer conseguem obter a ajuda. Uma das mudanças em estudo é equiparar o seguro-desemprego dos

empregados domésticos aos dos trabalhadores em geral. Outra alteração deve ser permitir o acesso ao benefício por profissionais com carteira demitidos em comum acordo com o empregador.

Os empregados domésticos hoje têm direito a apenas três parcelas do seguro-desemprego, no valor fixo de um salário mínimo (R\$ 1,1 mil), indepen-

dentemente do salário recebido. Já os demais trabalhadores recebem de três a cinco parcelas, que ficam entre o piso e um teto de R\$ 1.911,84.

Outra medida em estudo é permitir que o trabalhador que acerta sua demissão com o empregador possa requerer o benefício. Hoje, ele não tem essa opção. Na demissão por acordo, o trabalhador resgata 80% de seu

saldo no FGTS, e a empresa paga metade da multa (20%) sobre os valores recolhidos ao fundo de garantia durante o contrato de trabalho. A modalidade foi criada na reforma trabalhista de 2017.

As duas mudanças representam maior custo para o governo e devem ser compensadas com a economia a ser obtida com as alterações na regra geral do se-

guro.

O governo também quer antecipar o pagamento do abono salarial (espécie de 14º salário pago a trabalhadores que ganham até dois salários mínimos) ao trabalhador que for demitido e tiver direito. Na regra atual, o valor pode demorar mais de um ano para poder ser sacado pelo trabalhador, que nem sempre sabe que tem direito. A defasa-

gem é fruto do calendário do abono, que prevê os pagamentos de 6 a 18 meses após a aquisição do direito.

Como antecipou o *Estadão*, o governo pretende reformular a política de seguro-desemprego para acelerar a recolocação dos trabalhadores e reduzir a dependência deles em relação ao benefício. Uma das medidas em estudo prevê que a parcela do benefício terá uma redução de 10% do valor inicial a cada mês, respeitado o piso de um salário mínimo./I.T.

INSS poderá conceder auxílio-doença sem perícia até o fim do ano

Medida visa a evitar filas; Congresso autorizou que a concessão se dê por meio de análise de documentos

Idiana Tomazelli | BRASÍLIA

O Congresso Nacional autorizou o INSS a conceder benefícios por incapacidade, como o auxílio-doença, por meio de análise de documentos, sem necessidade de perícia presencial. A medida vale até 31 de dezembro de 2021 e é uma alternativa para enfrentar o problema das filas para perícia médica, que permanecem diante da necessidade de fechar agências em

meio à pandemia de covid-19.

O dispositivo foi inserido na lei que ampliou a margem para empréstimos consignados de aposentados do INSS, que ainda aguarda a sanção do presidente Jair Bolsonaro. Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, a medida teve o aval da área econômica do governo.

De acordo com o texto, a concessão será feita mediante apresentação de atestado médico e documentos complementares, e a duração máxima do benefício será de 90 dias. O auxílio-doença ou auxílio-acidente concedido nessa modalidade excepcional não poderá ser prorrogado. Caso a incapacidade persista, será preciso apresentar novo requerimento.

Os detalhes operacionais da concessão do benefício por meio desse tipo de análise ainda serão regulamentados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e pelo INSS.

A intenção, segundo apurou a reportagem, é usar a autorização para destravar benefícios que foram solicitados em agências que continuam fechadas ou têm grande acúmulo de requerimentos. Mesmo em solicitações feitas pela internet, o pedido fica atrelado a uma agência do INSS. No momento, estão abertas 1.173 agências do INSS, de um total de 1.562. Nem todas têm perícia médica disponível.

Técnicos afirmam que o modelo é mais robusto do que a antecipação adotada em 2020, quando bastava apresentar um atestado médico e, após a validação, o beneficiário recebia um adiantamento no valor de um salário mínimo (na época em R\$ 1.045).

Agora, a análise não se limita ao atestado médico. Como a lei fala em "documentos comple-



Contra filas. Medida tem validade até dia 31 de dezembro

● Autorização 90 dias
é o prazo máximo do benefício liberado sem a perícia médica; se a incapacidade persistir, é preciso novo requerimento

mentares", será possível solicitar exames, laudos, entre outras provas da incapacidade. Por isso, a avaliação é que o risco de

fraudes é menor, uma vez que a análise será mais completa.

Exemplo. Um segurado que frature o braço, por exemplo, poderia ser instado a encaminhar não só o atestado médico, mas um exame de imagem que comprove o trauma e eventualmente até fotos. A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho considera essa autorização importante, pois, diante do atual cenário da pandemia pelo

coronavírus no País, prevê uma alternativa para que os segurados possam requerer o benefício sem terem de recorrer necessariamente ao agendamento presencial da perícia médica.

Hoje (conforme posição de 10 de março) existem cerca de 709 mil agendamentos de perícia médica. O número de perícias presenciais realizadas diariamente encontra-se próximo de 20 mil, distribuídas em 592 unidades que estão aptas a prestar esse serviço. Procurado, o INSS informou apenas que futuras informações sobre o tema "serão amplamente divulgadas".

A busca de uma saída para resolver o problema das perícias vem depois de o Tribunal de Contas da União (TCU) cobrar novamente do governo uma proposta para lidar com as restrições impostas pela covid-19, quase seis meses após vir à tona o impasse entre peritos médicos e o INSS para a retomada do atendimento à população. A ausência de avanço concreto na normalização do serviço deflagrou o novo alerta.